



MMZML: características, ações e interpretações teóricas *MMZML: characteristics, actions and theoretical interpretations*

MARINHO, Wanessa; LEITE, Roberta; AMBRÓSIO, Victória; COSTA, Cássio;
OLIVEIRA, Júlia

Universidade Federal de Viçosa, a.wanessamarinho@gmail.com; Universidade Federal de Viçosa,
robertaleitecardoso@gmail.com; Universidade Federal de Viçosa, victoriaeambrosio@gmail.com;
Universidade Federal de Viçosa, costa.cassio@gmail.com; Universidade Federal de Viçosa,
julialeliane@gmail.com;

Eixo temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia

Resumo: No Brasil as mulheres rurais sofrem uma grande invisibilização nos cenários político, econômico e social e, nesse sentido, ainda sofrem uma série de violências cotidianas, que muitas vezes não são pautadas e muito menos percebidas como violências. O Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) existe desde 2011 e é composto por mais de 400 agricultoras familiares agroecológicas que se auto organizam não apenas junto ao movimento, como também em suas bases, através de atuação em sindicatos, em conselhos municipais e em comissões de mulheres, por exemplo. Esta pesquisa procura analisar de que forma o Movimento de Mulheres contribui para a auto-organização e autonomia das agricultoras. Além disso, a partir de referências teóricas sobre movimentos sociais, o objetivo é interpretar como e porque essas mulheres se organizam, visibilizando as suas lutas, avanços pessoais e coletivos, e os desafios que enfrentam inclusive para fazer parte de um movimento social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Mulheres Rurais; Feminismo; Ação Coletiva; Redes.

Keywords: Social Movements; Rural Women; Feminism; Collective Action; Networks.

Introdução

O Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) teve início em 2011 e atualmente integra mais de 400 agricultoras familiares ligadas à agroecologia e divididas em 15 municípios (Acaiaca, Araponga, Caparaó, Divino, Diogo de Vasconcelos, Ervália, Espera Feliz, Guidoal, Orizânia, Paula Cândido, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, Simonésia, Viçosa e Visconde do Rio Branco) de Minas Gerais. Desde a sua criação, o Movimento conta com a assessoria da equipe do Programa Mulheres e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), ONG que trabalha com o desenvolvimento da agroecologia na região desde a década de 1980 e que também presta assessoria para outros grupos ligados à agricultura familiar e à agroecologia.

A partir de construção coletiva, definiu-se como missão do MMZML: empoderar as mulheres fortalecendo a luta pela igualdade de gênero e contra a violência, valorizando a si mesma e ao seu trabalho para melhorar suas condições de vida praticando a agroecologia. Entre as suas lutas principais estão: agroecologia, fim da violência contra a mulher, participação efetiva no âmbito familiar e/ou social,



visibilidade e valorização do trabalho da mulher, criação de políticas públicas específicas para as mulheres, geração de renda e crédito.

Metodologia

De acordo com Melucci (1989, p. 56), entender uma ação coletiva pressupõe analisar as suas estruturas organizacionais, assim como os recursos internos e externos mobilizados. Esta foi uma das propostas para o relatório final da disciplina “Tópicos especiais em Ciência Política: Movimentos sociais e política no Brasil contemporâneo - entre ruas, redes e Estado” (na qual os autores do presente artigo estavam matriculados), ministrada pela professora doutora Rayza Sarmiento, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais. O objetivo do relatório era compreender como se constitui a ação coletiva de diversos movimentos sociais de Viçosa e Zona da Mata. Os estudantes tinham liberdade para escolher o movimento a ser pesquisado e, neste caso, o MMZML foi um dos movimentos escolhidos por reunir mulheres rurais, que no geral sofrem uma grande invisibilização nos cenários político, econômico e social no país. A partir dessa inviabilização, elas ainda sofrem uma série de violências cotidianas. Nesse sentido, junto às agricultoras familiares sujeitos da pesquisa buscou-se entender como e porque se organizam, visibilizando as suas lutas, os seus avanços pessoais e coletivos, e os desafios que enfrentam inclusive para fazer parte de um movimento.

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com agricultoras durante reunião do MMZML, no município de Divino (MG), nos dias 30 e 31 de maio de 2019. Um total de 41 agricultoras participaram da reunião, e foram selecionadas para entrevistas individuais, de modo que uma não interferisse nas respostas da outra. As perguntas giraram em torno do processo de auto-organização dessas mulheres, seus avanços e desafios (os já superados e os que ainda precisam ser). Melucci (1989, p. 57) destaca uma tendência dos movimentos sociais de buscarem sempre exaltar o lado mais superior da sua ação, omitindo as suas dificuldades e reafirmando uma coesão e unidade que frequentemente não existe. Para evitar que apenas surgissem respostas muito positivas e a omissão dos desafios enfrentados, foram selecionadas agricultoras que entraram para o Movimento em fases distintas, com o objetivo de encontrar uma maior diversidade de opiniões.

Resultados e Discussão

As atividades desenvolvidas pelo MMZML são divididas em ações municipais e regional. Cada município tem autonomia de decidir o que fazer, construindo oficinas, cursos, seminários, reuniões, festas e grupos ativos de trabalho a partir das demandas das participantes; da assessoria do CTA e de outros parceiros como Emater; além do apoio de sindicatos. Warren (2006, p. 123-124) defende a ideia de que é no âmbito das mobilizações de base local que se consolidam as identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento; criando-se a ideia de unidade



na diversidade e força interior para prosseguir; além das utopias que dão significado ao movimento e fazem com que ele perdure por mais tempo. A nível local muitas mulheres também se mantêm atuantes participando de conselhos municipais, sindicatos, comissões de mulheres e/ou grupos produtivos. Tarrow (2009, p. 42) aponta que as redes sociais em que as pessoas estão inseridas determinam se elas vão participar de um movimento ou não. No caso do MMZML, as agricultoras afirmam que o interesse em participar surge a partir dos contatos com mulheres que já participam e da troca de experiências em grupos produtivos de mulheres ou em espaços promovidos pelos sindicatos, UFV e CTA.

No Movimento existe a figura das “mobilizadoras” – atualmente três agricultoras de municípios diferentes, que tem a função principal de mapear (junto com as outras agricultoras) as pautas principais, oficinas e debates de interesse para as próximas reuniões do Movimento; além de construir essas reuniões junto com a equipe do CTA e mobilizar a participação das mulheres. Warren (2006, p. 122) aborda o trabalho de mediação social das ONGs junto aos movimentos de base local, indicando formas de empoderar os sujeitos sem que se estimule as hierarquias de poder. Para a autora, é importante resgatar a dignidade dos sujeitos socialmente excluídos para que avancem na luta por seus direitos, promovendo novas formas de ação coletiva junto às populações excluídas, potencializando os mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança, de reciprocidade; e também associando-se a outras experiências – papel que o CTA busca desempenhar através da assessoria ao MMZML. A organização e articulação do Movimento conta com o apoio de alguns sindicatos que colaboram para a convocação das reuniões, feita por meio de recados, bilhetes (que podem ser enviados pelas crianças nas escolas) ou visitas das mobilizadoras. De acordo com Tarrow (2009, p. 24), os “movimentos raramente são controlados por um único líder ou organização”, além disso a coordenação de uma ação coletiva “depende da confiança e da cooperação geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados” (p. 40). No MMZML, as mobilizadoras são consideradas lideranças, assim como as agricultoras que estão há mais tempo ou que participam mais ativamente das reuniões. Porém, com exceção das mobilizadoras, as outras não têm nenhuma função específica.

Os encontros locais (nos respectivos municípios/comunidades) acontecem quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o interesse e mobilização dos grupos. Entretanto, em alguns lugares a frequência é menor. Os motivos apontados são: colheita de café, falta de comunicação, desmobilização e desânimo por parte de outras agricultoras que não estão tão ativas. Como destaca Tarrow (2009, p. 33), a “agregação”, ou seja, conseguir envolver a maior parte possível de um grupo em seu próprio benefício é um dos principais desafios da ação coletiva. Nas reuniões regionais a periodicidade é de pelo menos uma vez por semestre, contudo de maio a setembro as agricultoras têm uma dificuldade maior de participar, pois este é o período da “panha de café” na região, quando elas precisam “trabalhar dobrado”. Estas reuniões seguem um roteiro pré-definido e geralmente duram dois dias, com os temas variando de acordo com a agenda identificada pelas mobilizadoras. A



pauta inclui: repasse dos municípios, quando as agricultoras socializam as ações das mulheres, assim como as dificuldades enfrentadas; seminário de formação política; oficinas; apresentação de demandas das agricultoras para assessoria técnica do CTA (que sempre apoia e participa destas reuniões); debate sobre algum tema considerado mais importante no momento; e “cultural” (momento de confraternização entre as agricultoras). Participam das reuniões: agricultoras, equipe do Programa Mulheres e Agroecologia do CTA, e parceiros convidados para contribuir nas oficinas, seminários e/ou debates. A atuação no Movimento e as reuniões são apontados como importante espaço de informação e autoconhecimento, responsável por transformar a vida dessas mulheres. Ainda de acordo com as agricultoras, a luta pela conquista de direitos, autonomia e liberdade são os principais motivos para a participação, interesse e ação coletiva.

Alvarez (2000, p. 387-388) afirma que estratégias voltadas para a conscientização, como cursos e oficinas que abordam as desigualdades entre gêneros e a discriminação sexual no trabalho, além do “ensino de saúde reprodutiva e assessoria às participantes de organizações populares de mulheres que se defrontavam com a violência doméstica – foram consideradas cruciais para a luta contra a opressão das mulheres”. De acordo com as agricultoras, as principais pautas do MMZML são: empoderamento das mulheres a partir de capacitações, grupos de apoio e fortalecimento dos quintais produtivos; o incentivo a independência financeira (a partir do trabalho com grupos produtivos e venda da produção dos quintais); luta contra a violência doméstica. A agroecologia aparece de forma transversal a todas as pautas.

De acordo com Warren (2006, p. 112-113), os movimentos sociais de base locais percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, fazer pressão política e produzir impacto na esfera pública, através de grandes manifestações (que incluem a participação de simpatizantes). Esta “rede de movimento social” seria o resultado de todo um processo de articulação com outros sujeitos coletivos que tem valores, objetivos ou projetos em comum, assim como atores e situações que devem ser combatidas e transformadas. O MMZML está articulado com outros grupos que possuem a sua mesma identidade social ou política, nesse sentido, as agricultoras do Movimento são convidadas para participar de grandes manifestações como Marcha das Margaridas, 8 de Março Unificado em Belo Horizonte, ações da Marcha Mundial das Mulheres e Encontro Nacional de Agroecologia, para citar alguns exemplos.

Atualmente os governos federal e estadual, e consequentes retrocessos, surgem como um entrave ao MMZML, assim como a falta de recursos para realização das suas atividades. No cenário local, elas apontam: a disputa de poder e competitividade dos homens, além da dificuldade de acesso às mulheres que não participam do movimento. Tarrow (2009, p. 41) define “enquadramento interpretativo” como aqueles descontentamentos que surgem como reivindicações mais amplas e vibrantes, “não apenas generalizando os descontentamentos, mas



definindo os “nós” e “eles” na estrutura de conflito de um movimento”. Nesse sentido, o machismo é também um dos principais desafios enfrentados pelas agricultoras que participam do Movimento. Elas afirmam serem pressionadas pelos maridos (que em geral não apoiam a sua participação) e pela cobrança das tarefas domésticas. Como as reuniões têm duração de dois dias, elas precisam deixar “tudo pronto” em casa antes de sair – a casa limpa e a comida preparada – e ainda assim os maridos reclamam. A falta de transporte também é sinalizada como desafio. Entretanto, por acreditarem na importância do Movimento, elas buscam se reafirmar perante os maridos e continuar participando.

Como afirma Tarrow (2009, p. 22), é necessário um propósito comum: “As pessoas não sacrificam o seu tempo nas atividades dos movimentos sociais a não ser que tenham uma boa razão para fazê-lo”. Por outro lado, a ação coletiva não deve ser vista apenas como um custo. Melucci (1989, p. 57) aponta que a criação de um movimento social pressupõe sentimentos profundos de solidariedade e capacidade de compartilhar uma identidade coletiva, ou seja, “a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social”. Fazendo uma autoavaliação sobre a sua contribuição para o MMZML, algumas mulheres apontaram que se vêem em um papel importante de propagação da importância do Movimento, como também da circulação de informação. Outras, fazendo uma autocritica, avaliaram que tem uma atuação “média”, por não serem tão ativas e por questões pessoais.

Questionadas se são feministas, as agricultoras afirmaram que sim, justificando que lutam por seus direitos e não aceitam “o que os homens falam”. Um maior entendimento sobre as violências vivenciadas no dia a dia foi apontado por várias delas, que também afirmaram buscar cada vez mais informação e conhecimento sobre questões como machismo e as diversas formas de violência para então repassar para as demais companheiras que não possuem o mesmo acesso. Hoje ao utilizar o lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”, elas reforçam a ideia do quanto é importante levar os discursos e práticas de transformação para os diferentes espaços de disputas sócio-culturais e políticas.

Conclusões

Os recentes e principais avanços na perspectiva das mulheres estão relacionados ao empoderamento em casa e à conquista de poder em locais públicos: a chegada das mulheres na presidência de sindicatos, cooperativas, conselhos municipais; o reconhecimento e visibilidade do trabalho doméstico e nos quintais; a autoestima aumentada pela interação com o MMZML; além de projetos feitos por elas e para elas, como projetos de cozinha e horta agroecológicas.

A auto-organização das mulheres muda as suas vidas para melhor. A partir da sua participação no MMZML, as agricultoras apresentam muitas mudanças, tanto de comportamento quanto de maneiras de pensar as suas relações dentro e fora de casa. Elas começam a se sentir mais seguras para falar em público e para



reivindicar os seus direitos, como também negociar dentro de casa. Além disso, elas começam a vivenciar outras experiências, viajar, conhecer pessoas nas reuniões, o que estimula que elas desenvolvam relações de solidariedade, confiança, cooperação e reciprocidade.

Agradecimentos

Agricultoras do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Divino.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, S. A “globalização” dos feminismos latinoamericanos. In: ALVAREZ, S. et al. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova, SP, n.17, p. 49-66, 1989.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimento sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, jan./abr. 2006.